

Entre as muitas leis e os direitos limitados: ações afirmativas para uma educação musical em perspectiva antirracista

Pesquisadora Juliana Batista Souto

Orientador: Wagner Jacinto de Oliveira

wagner.jacinto@ifg.rdu.br

julianabatistasouto@gmail.com

PIBIC-EM/PIBIC/PIBITI

Câmpus Goiânia

Palavras Chave: Educação; música; antirracista.

Introdução

A realidade das escolas brasileiras sob a ótica da questão racial tem sido objeto de estudos de vários especialistas em educação desde a década de 1990, e denunciado como o sistema escolar é produtor e reproduzidor de uma educação racialmente excludente.

As mudanças nessa compreensão de educação antirracista se concentram a partir da década de 2000, com iniciativas que descrevem e problematizam a realidade do racismo em sala de aula, oferecendo subsídios para se pensar a mudança de comportamento dos envolvidos na construção da educação.

Na atualidade, a necessidade de um diálogo político pedagógico no campo da educação antirracista e da educação musical no ensino básico é urgente, principalmente após a publicação da Lei 11.769/08 que estabelece diretrizes para a inserção de seu conteúdo obrigatório como componente curricular.

O momento histórico pelo qual passa a sociedade brasileira requer a construção de um modo de educação que busque valorizar também a cultura do povo negro.

Pensar na reparação dos danos históricos que se repetem há anos e a dívida para com as pessoas negras é uma oportunidade, além de ser um momento de criar uma postura reflexiva e evitar que os docentes tenham atitudes e preconceitos que desvalorizem a experiência de certos grupos sociais, étnicos ou religiosos, ao contrário, possibilitar e cultivar atitudes de tolerância e respeito à Pensar em uma pesquisa pedagógica, a partir da música, Pensar em uma pesquisa pedagógica, a partir da diversidade e de crítica à desigualdade.

Metodologia

Pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de materiais já publicados em livros, artigos, dissertações e teses sobre a música africana e sua inserção na cultura brasileira.

Foram feitos levantamento de partituras musicais relacionadas à cultura africana, de modo a promover um olhar multicultural dos alunos que as leem.

Elaboração de pesquisa de opinião sobre a existência de aulas de música na escola e qual as abordagens foram

Resultados e Discussão

Pensar a pesquisa pedagógica, a partir da música, que traga emancipação aos alunos negros, vulneráveis e de baixa renda, é garantir uma experiência educativa não excludente e não homogeneizante, prevalecendo as relações democráticas, inclusivas e plurais, uma vez que essa temática ainda se encontra muito insipiente e aquém do desejado, seja nos projetos sociais, seja na vida prática.

Diante da pesquisa, indetificamos a ausência de propriedades ou relações existentes na comunidade estudantil, nos grupos étnico-raciais presentes tanto na Escola como no bairro, sobre a realidade desses grupos nos locais de estudo.

As pesquisas revelaram que apenas 6 escolas desenvolvem a musicalização e apenas uma delas se colocou aberta para o desenvolvimento da proposta deste projeto.

Agradecimentos

Ao CPNQ pela bolsa de incentivo à pesquisa;
Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFG/Câmpus Goiânia, representado pelo professor Dr Carlos Roberto da Silveira Júnior, pela atenção e dedicação;
Ao Doutor Wagner Jacinto de Oliveira, orientador responsável por esta pesquisa;
À Diretora Romilda Júlia de Aquino Maia em desenvolver as atividades propostas neste Projeto - Escola Municipal Prof. Trajano de Sá Guimarães, Goiânia-GO.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma única história. 2009. Disponível em: Acesso em: 12 maio, 2021.

feitas buscando o respeito e divulgação da cultura africana naqueles espaços.

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho – os cotidianos das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa; ALVES, Nilda (Org.). Pesquisas nos/dos/com os cotidianos das escolas: sobre redes de saberes. Petrópolis: DP et Alii, 2008.

BASTIDE, Roger. Brasil, terra de contrastes. Rio de Janeiro: Difel, 10a .ed., 1951.

obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. República Federativa do Brasil, Brasília, 2003. Disponível em: . Acesso em: 12 maio, 2021.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno.

Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino

de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. República Federativa do Brasil, Brasília, 2004. Disponível em. Acesso em: 05 jun., 2021.

_____. Anistia Internacional. 2014. Campanha Jovem Negro Vivo. Disponível em: Acesso em: 12 maio, 2021.

_____. Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. República Federativa do Brasil, Brasília, 2008c. Disponível em: Acesso em: 12 maio, 2021.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.